



Reforma dos Servidores Civis



Mapa Estratégico do Governo

Estado Sustentável



Buscar o equilíbrio fiscal, otimizando os gastos e maximizando as receitas.



Aumentar a capacidade de investimento.



Qualificar e incrementar a prestação de serviços, formando parcerias com o setor privado e 3º setor.

Governança e Gestão



Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do Governo.



Aprimorar os mecanismos de transparência.



Promover a articulação regional e a participação social.



Valorizar e desenvolver o servidor público.



Modernizar e desburocratizar os processos.

Sociedade com Qualidade de Vida



Aumentar a segurança e o combate ao crime.



Qualificar o aprendizado para a nova economia.



Promover a sustentabilidade ambiental.



Promover a inclusão social e o espírito de cidadania.



Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e a prevenção.

Desenvolvimento Empreendedor



Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital.



Fortalecer o desenvolvimento regional.



Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais.



Adequar o modelo tributário com foco na competitividade.



Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples.



Reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura.

EVOLUÇÃO SEM RUPTURA, QUE SUPERA O DISCURSO DA CRISE E RECUPERA A ESPERANÇA E A AUTOESTIMA ...

... QUE LEVE O RS PARA UM NOVO PATAMAR DE COMPETITIVIDADE, TIRANDO O ESTADO DA ERA ANALÓGICA, RUMO À ERA DIGITAL, COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL ...

... E A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.



SERVIÇOS PÚBLICOS MODERNOS E ÁGEIS



ESTADO COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL



UMA SOCIEDADE PRÓSPERA



RESUMO EXECUTIVO

Maiores Impactos

Vantagens Temporais – Cíveis e Militares

Incorporações de Funções (FG, AS, GE e GD) – Cíveis e Militares

Redução na Gratificação de Permanência – Cíveis

Redução no Abono de Incentivo à Permanência no Serviço Ativo (AIPSA) – Militares

Maiores Aportes

Abono Família

Vale Refeição

Magistério

Previdência

Ampliação da base de Cálculo das Contribuições de Inativos

Alteração de Alíquotas para Regime Progressivo

Aplicação dos parâmetros de Inatividade da PEC 06/2019 e do PL 1645/19 (Servidor Federal Civil e Militar)

IMPACTO FISCAL EM 10 ANOS:

R\$ 25 bilhões



POR QUE REFORMAR?

Cenário Esperado

Redução do **Crescimento Vegetativo da Folha e paralisação do crescimento das despesas** de pessoal acima da receita corrente líquida



Possibilidade de **reposição de pessoal, com menor pressão fiscal** ao Estado;

Adequação e **preparação para retornar aos limites efetivos** de despesa de pessoal, conforme a lei de responsabilidade fiscal, e a **retomada de investimentos**

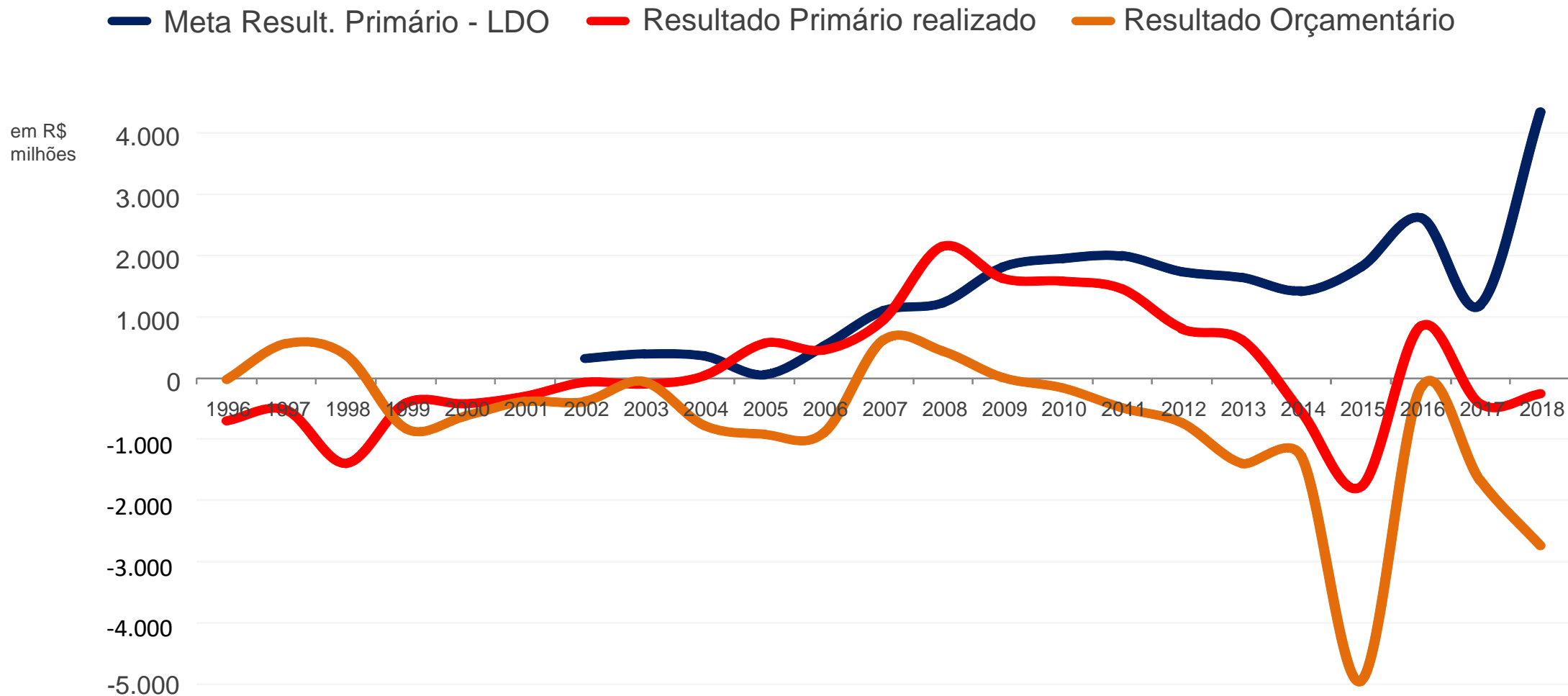


Desenvolvimento de política efetiva de gestão de pessoas, com **modernização e transparência.**



CENÁRIO FISCAL DO RS

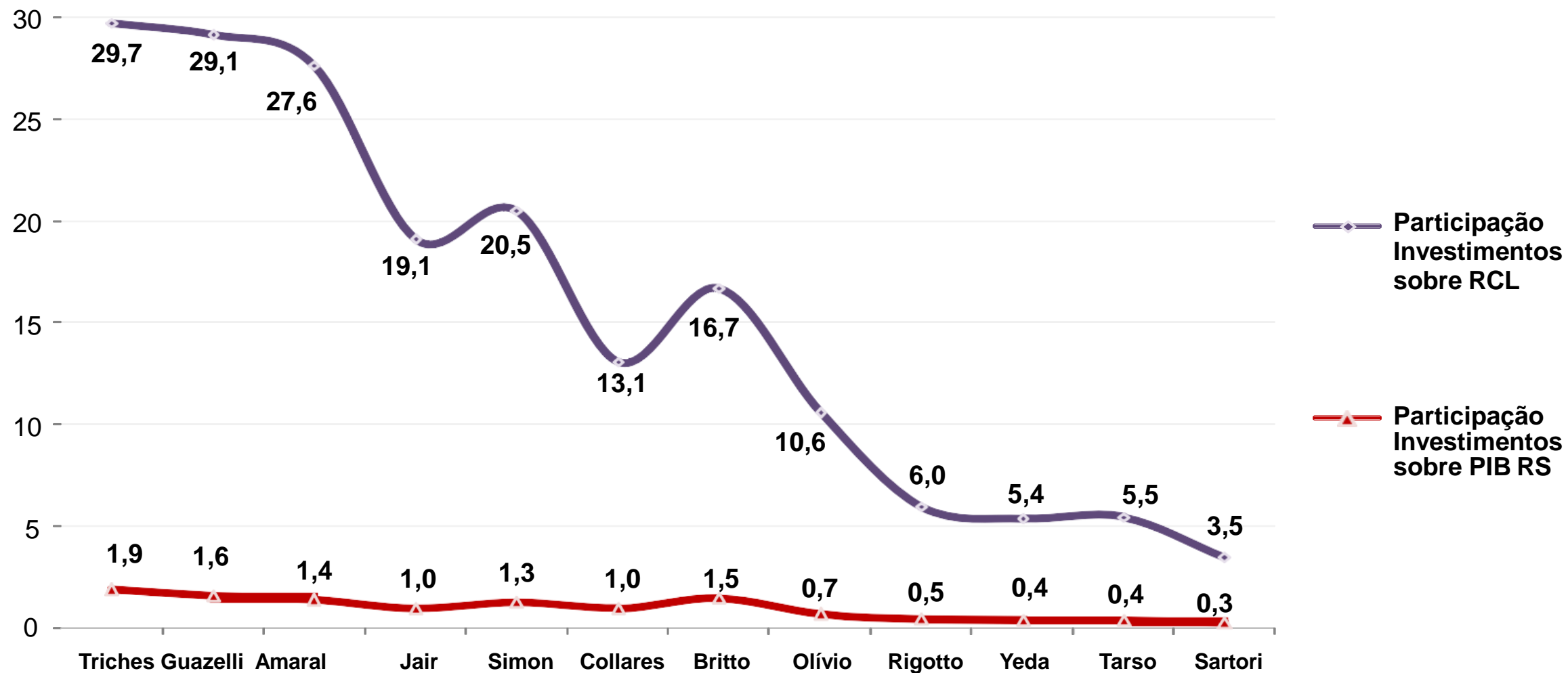
Evolução dos Resultados Fiscais (1996-2018)



Obs.: A meta de resultado primário foi introduzida na LDO a partir da LRF em 2001.



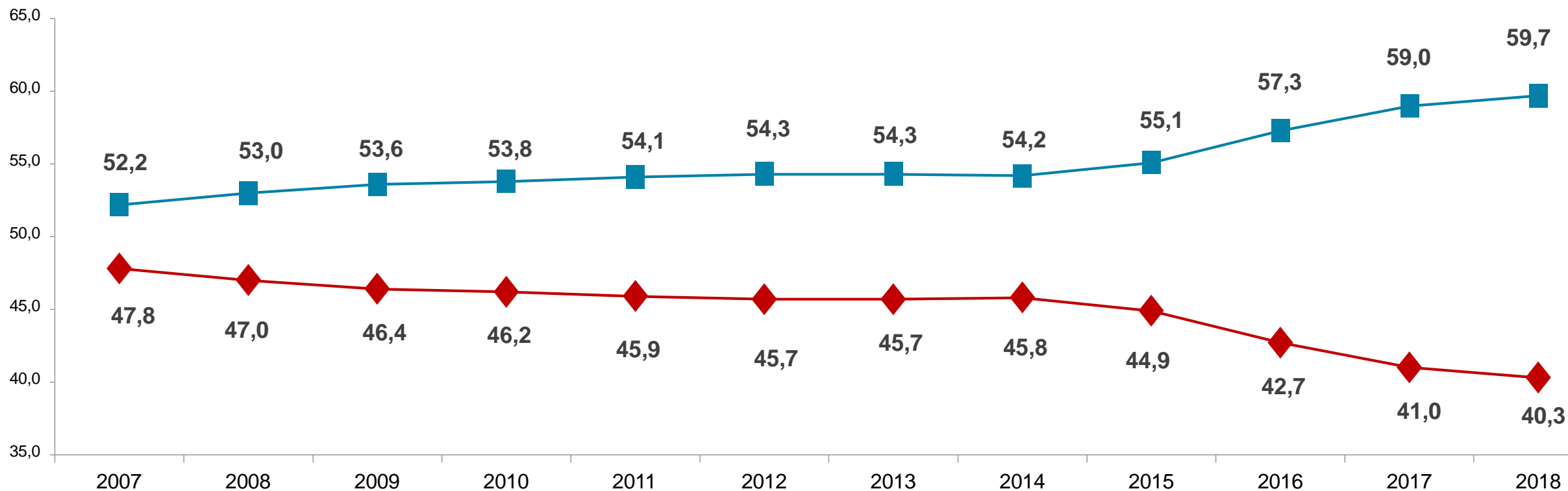
Investimentos por Governo em relação a RCL e PIB



Remuneração de pessoal por situação

◆ % Remuneração Pessoal Ativo

■ % Proventos Inativos e Pensionistas

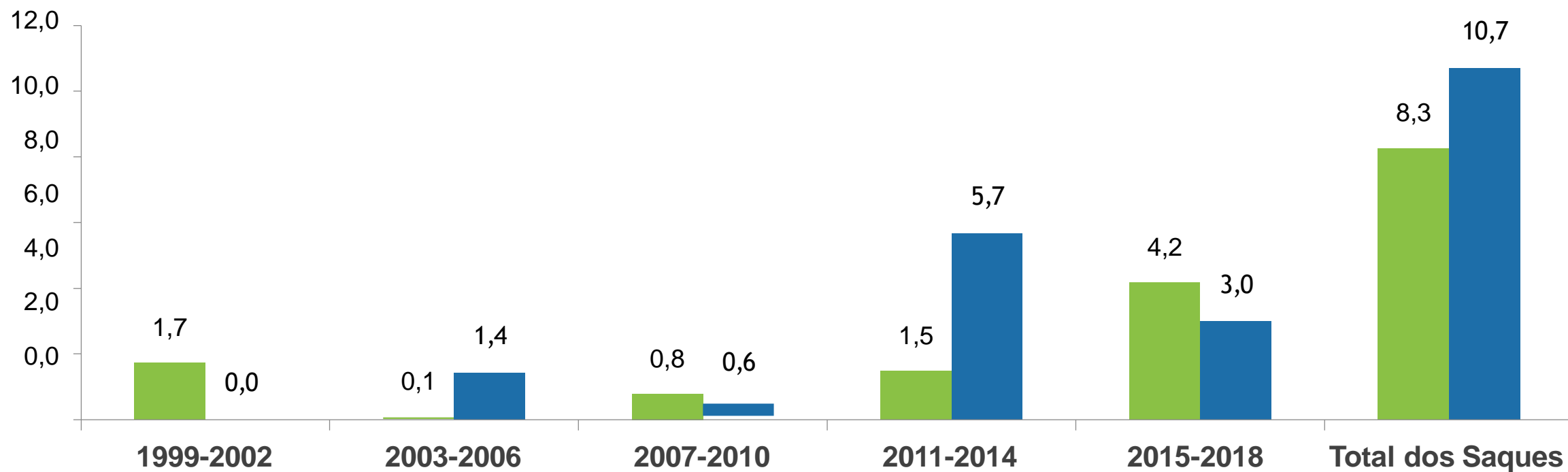


Saques do Caixa Único e Depósitos Judiciais

■ Saques do Caixa Único

■ Saques dos Depósitos Judiciais

Em bilhões de R\$



**DÍVIDA COM UNIÃO
R\$ 7 BILHÕES
ACUMULADOS DESDE
AGOSTO DE 2017**

**PRECATÓRIOS
R\$ 1,9 BILHÃO ANO
DESDE JAN. 2019**

Não estivessem essas liminares em vigor, Estado estaria pagando atualmente os salários de fevereiro de 2019



**Regime extraordinário encerra-se em
2020 e garante atualmente cerca de
R\$ 3,5 bilhões brutos**



LEI ORÇAMENTÁRIA 2020

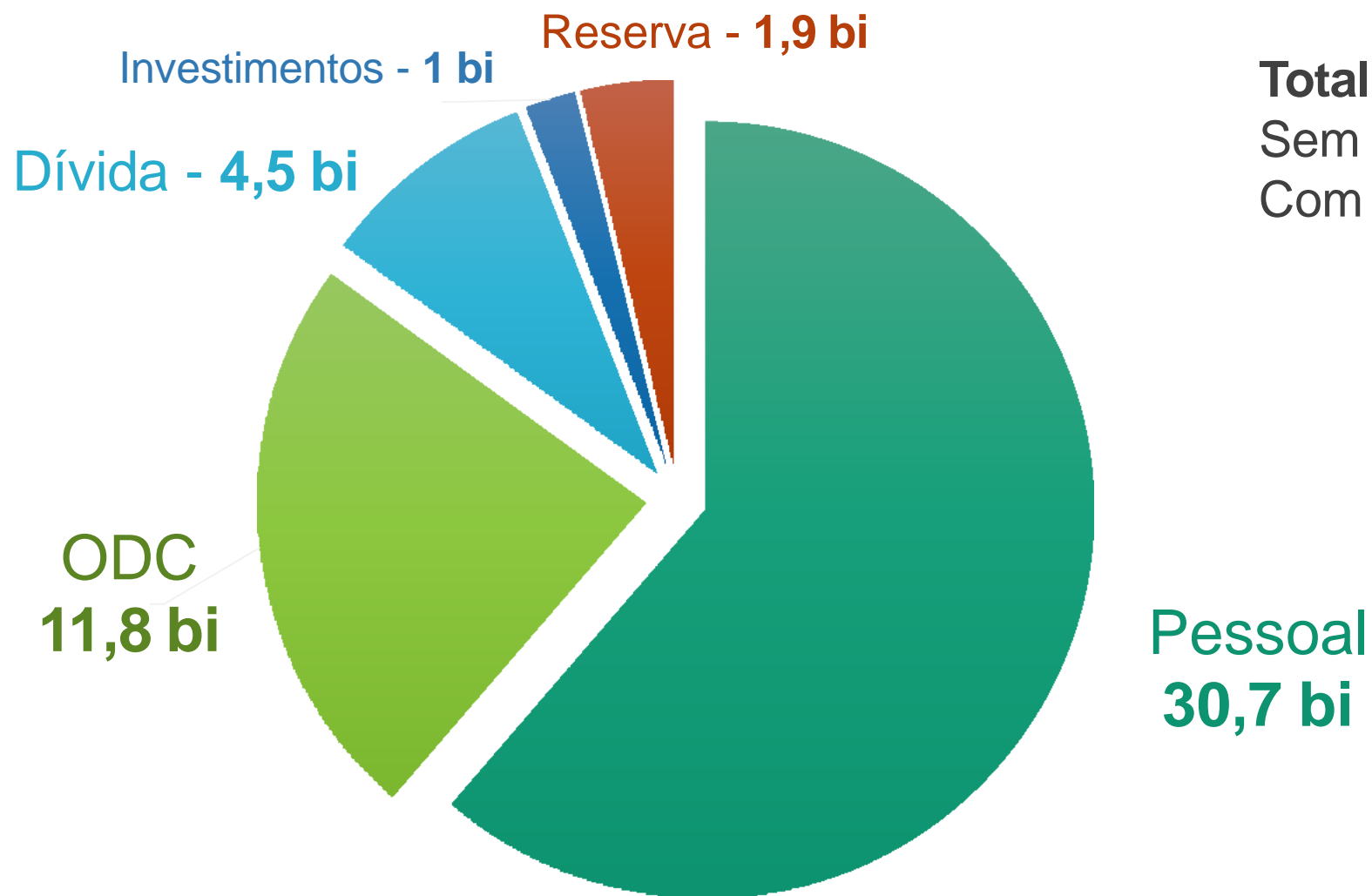
PLOA 2020 - resumo

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	VALORES (em bilhões)
TOTAL RECEITAS	61,2
TOTAL RECEITAS SEM INTRA	44,9
TOTAL DESPESAS	66,4
TOTAL DESPESAS SEM INTRA	50,1
Receitas e Despesas intraorçamentárias	16,3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(5,2)



Despesas Totais Orçamento 2020 (GND)

Rigidez Orçamentária



Total de Despesas:

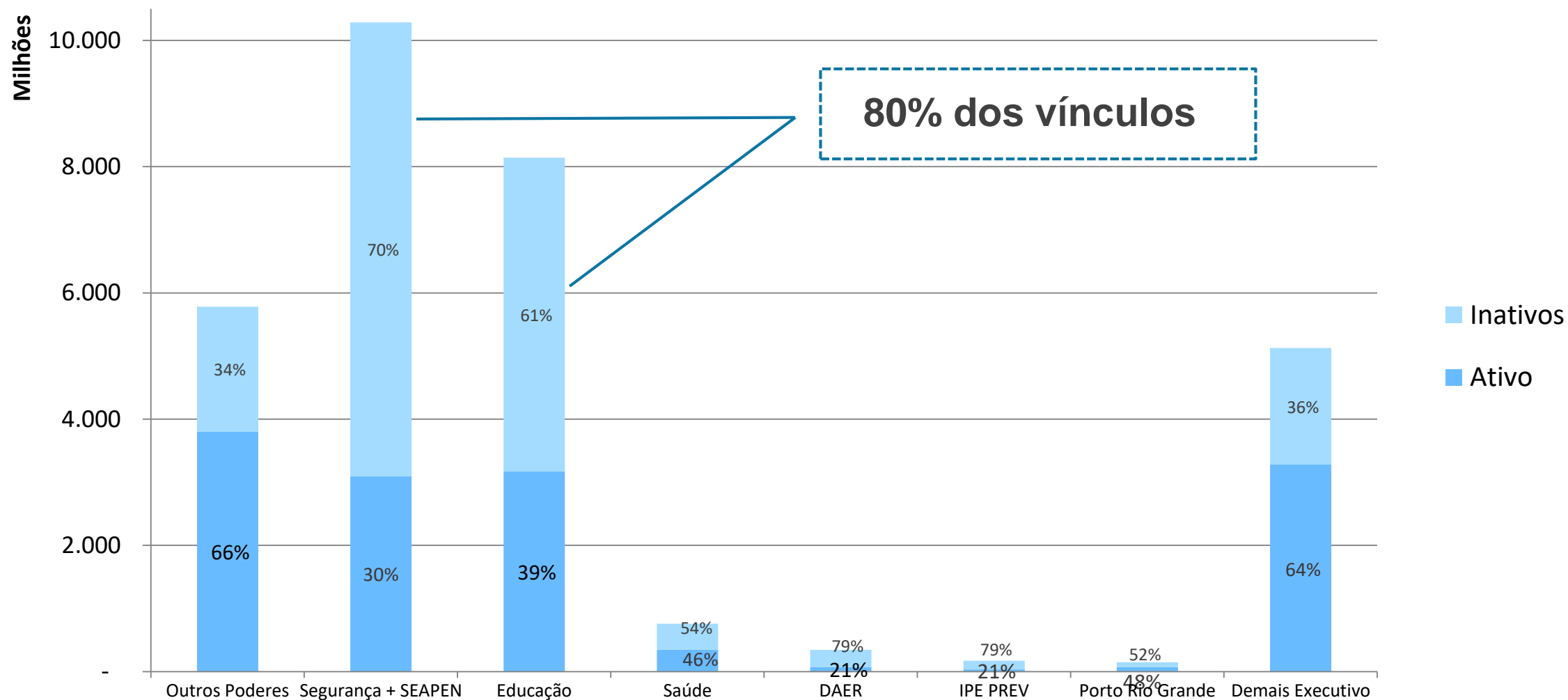
Sem intra = **50,1 bi**

Com intra = **66,4 bi**

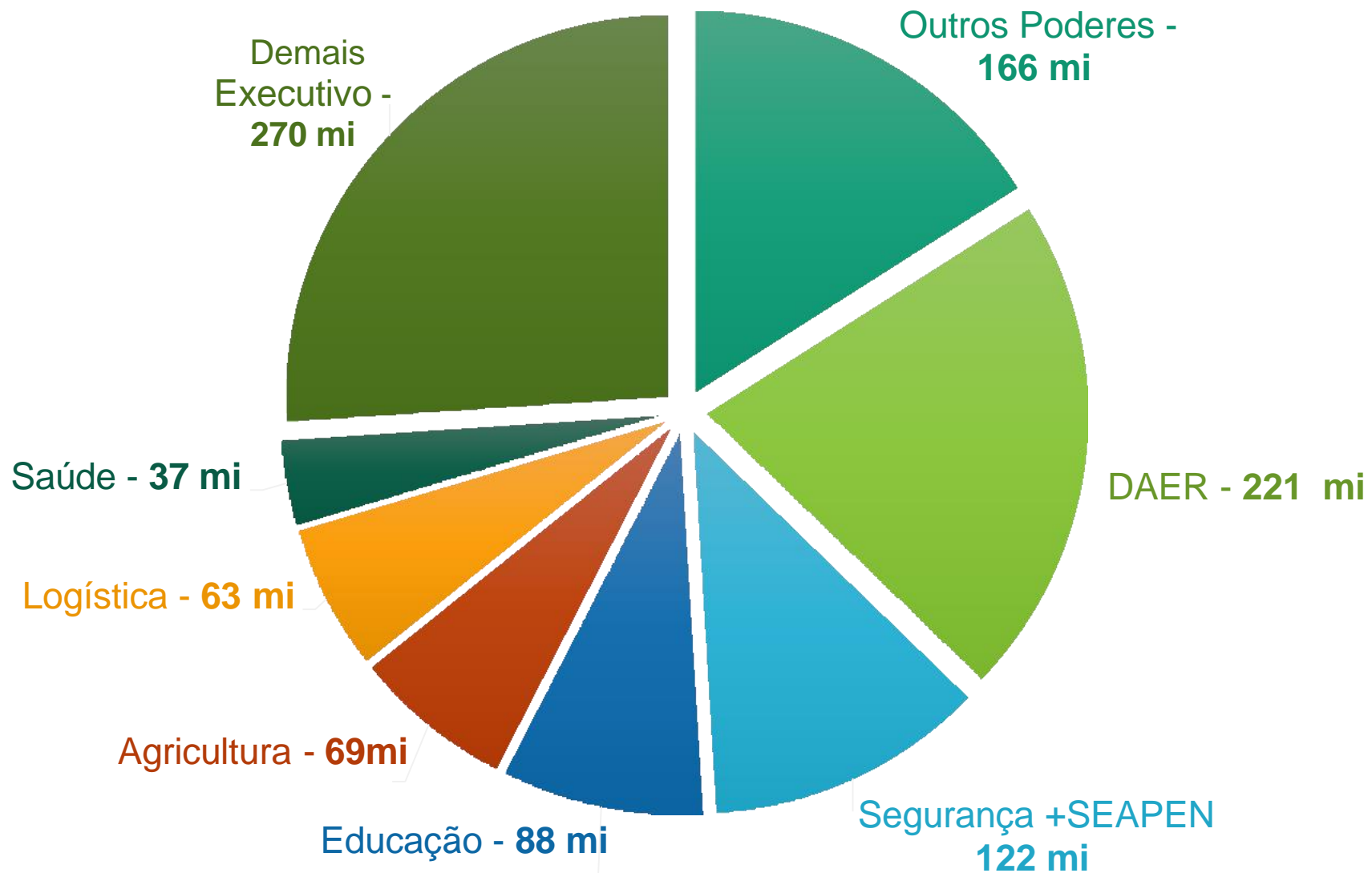


Despesa de Pessoal Orçamento 2020

proporção ativos X inativos por órgão selecionado



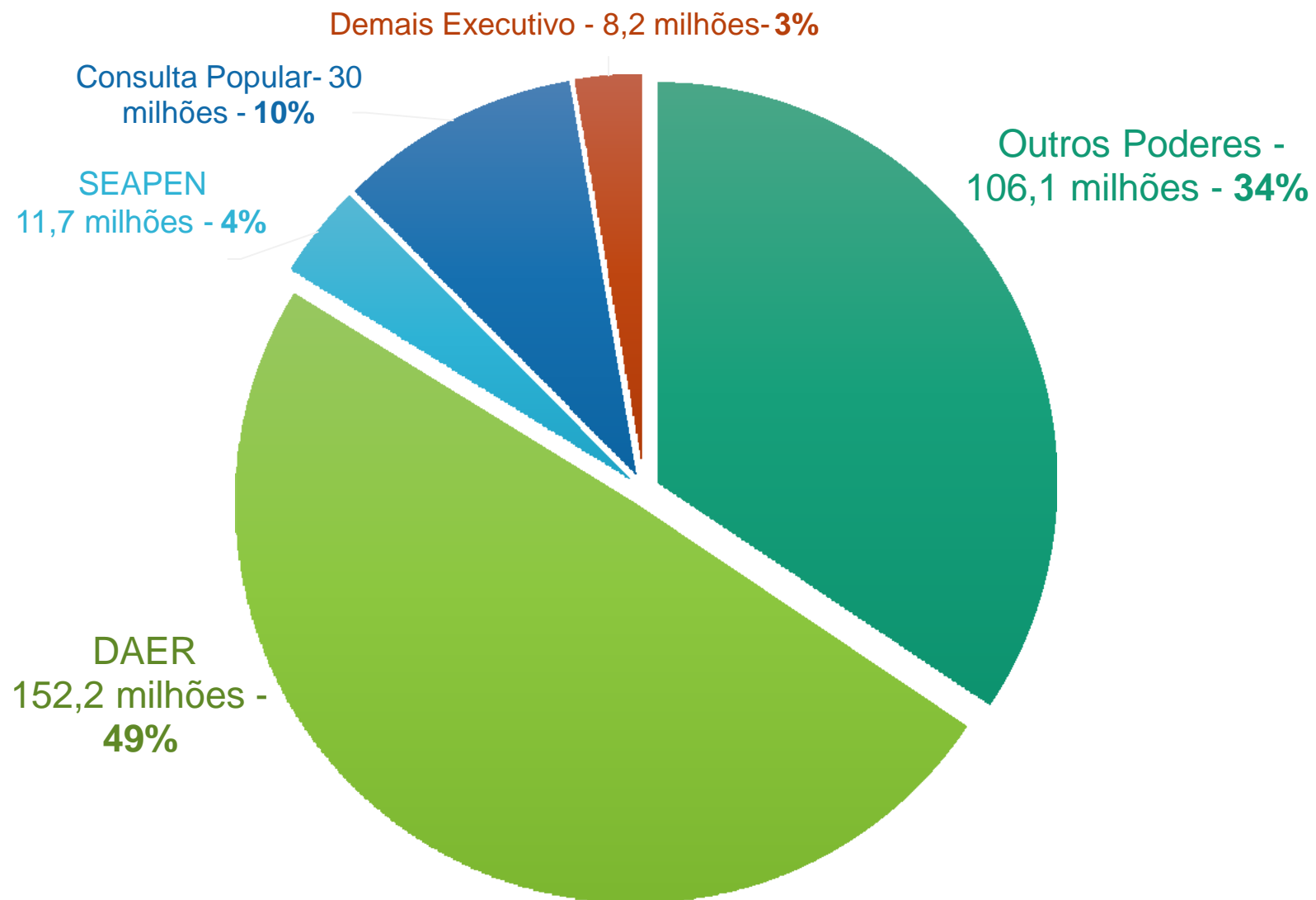
Investimentos Orçamento 2020



Total Investimentos:
1,0 bi



Orçamento 2020 – Investimento Tesouro-Livre



**Investimento total
Tesouro-Livre:
308,3 milhões**



PESSOAL

Força de trabalho do Poder Executivo



Homens: **47.721**



Mulheres: **80.204**



% de Nível Superior: **68,8%**



Idade:

- Média de Idade: **51**
- 46 anos ou mais: **46,27%**

127.925 mil

Vínculos ativos

163.983 mil

Vínculos inativos

45.066 mil

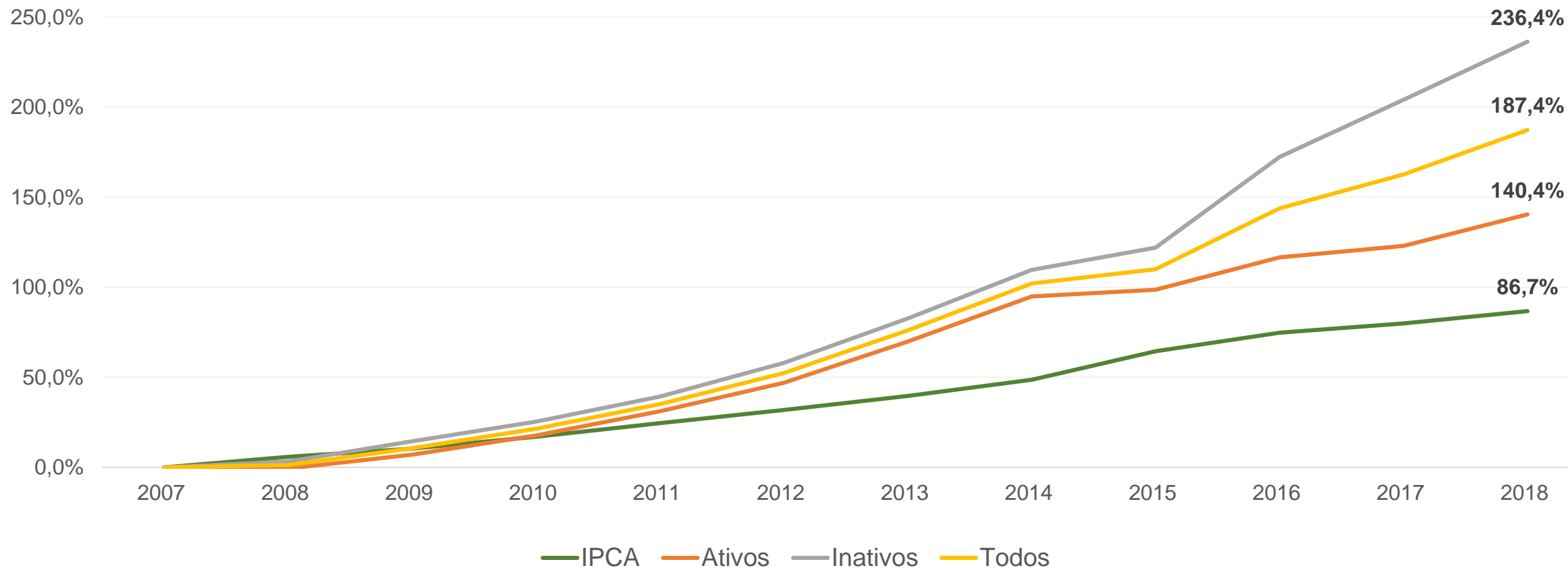
Pensionistas

ATIVOS



DESPESA PODER EXECUTIVO

Crescimento Nominal Acumulado da Despesa com Folha de Pagamentos (Vínculos Ativos e Inativos, 2007 a 2018)

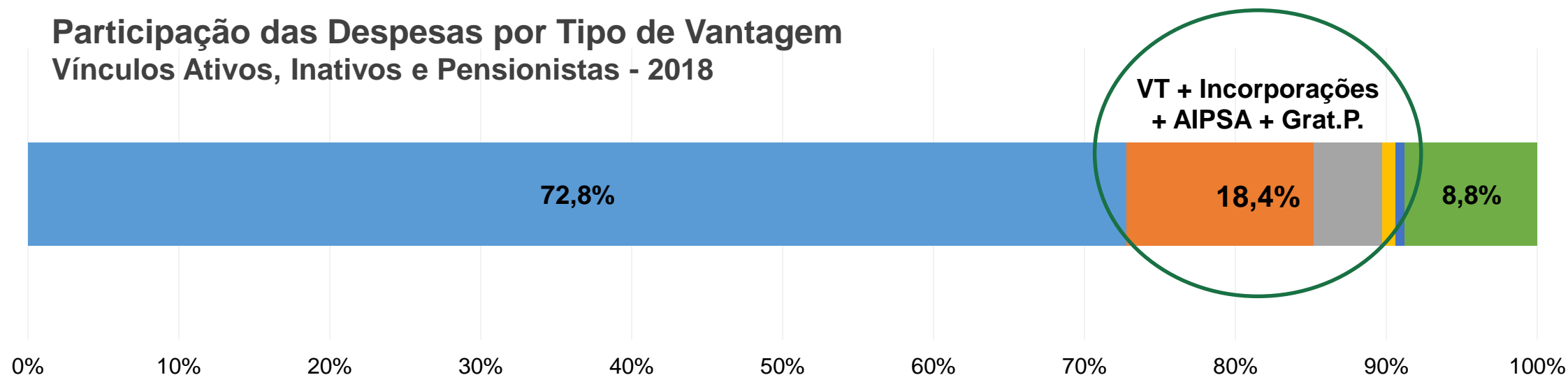


Notas: incluem administração direta e indireta, apenas poder executivo, exceto defensoria pública e fundações. Não estão considerados contrapartidas de VR e VT. Não estão incluídas obrigações patronais com RGPS e RPPS. Incluem valores mensais, retroativos e pretéritos, VT e VR e 13º salário. **Nesta análise, não estão incluídas despesas com o IPE (pensionistas).** Inativos incluem despesas com pensões vitalícias especiais. Fonte: Sistema de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.



DESPESA PODER EXECUTIVO

Participação das Despesas por Tipo de Vantagem Vínculos Ativos, Inativos e Pensionistas - 2018



- Vencimentos, Subídios, Risco de Vida, Pensões, Férias e 13º salário
- Vantagens Temporais
- Gratificações
- Funções Gratificadas Incorporadas
- Gratificação de Permanência e AIPSA
- Outros

Tipo de Vantagem	Despesas - 2018
Vencimentos, Subídios, Risco de Vida, Pensões, Férias e 13º salário	16.248.846.005
Vantagens Temporais	2.769.422.550
Gratificações	1.002.400.653
Funções Gratificadas Incorporadas	207.162.311
Gratificação de Permanência e AIPSA	137.197.462
Outros	1.955.212.320
TOTAL	22.320.241.301

Notas: administração direta e indireta do Poder executivo, exceto Defensoria Pública e Fundações. Não estão considerados contrapartidas de VR e VT. Não estão incluídas obrigações patronais com RGPS e RPPS. Incluem valores mensais, retroativos e pretéritos, VT e VR e 13º salário. Estão incluídas despesas com pensionistas (IPE) e com pensões vitalícias especiais. Fonte: Sistema de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.



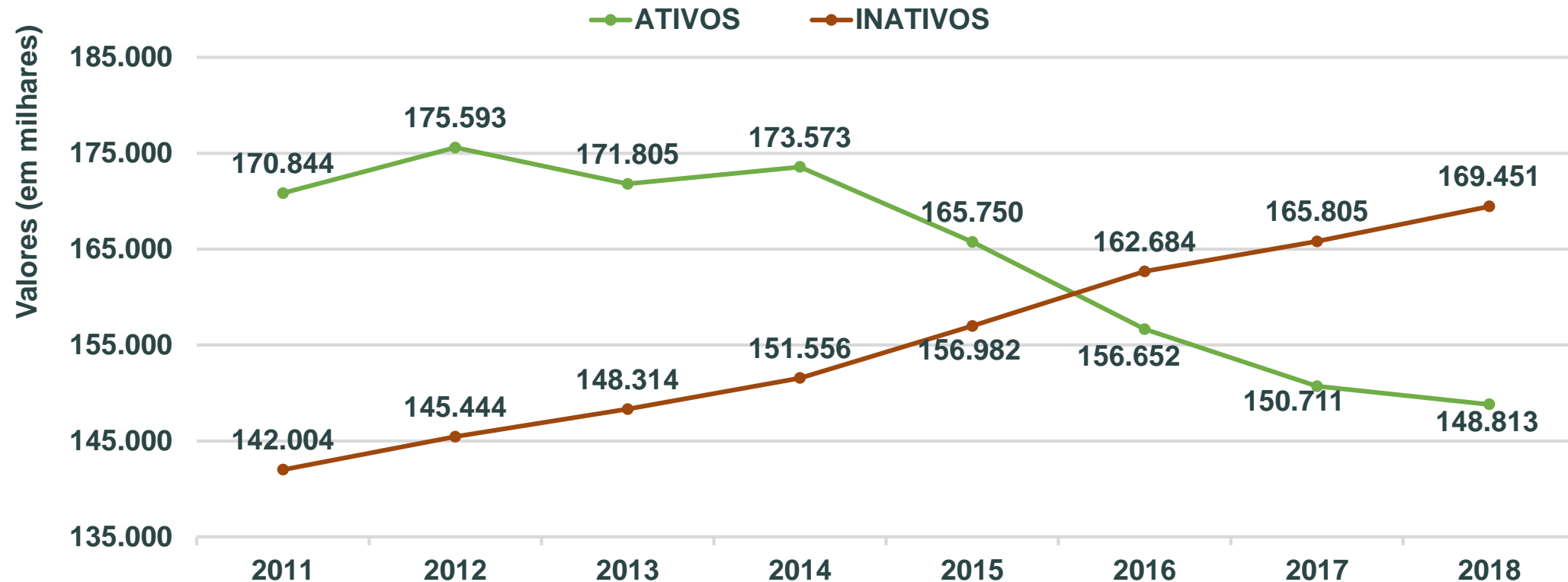
SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Histórico da dos vínculos Ativos e Inativos

Todos os Poderes // 2018

1.

A Previdência
Pública no RS

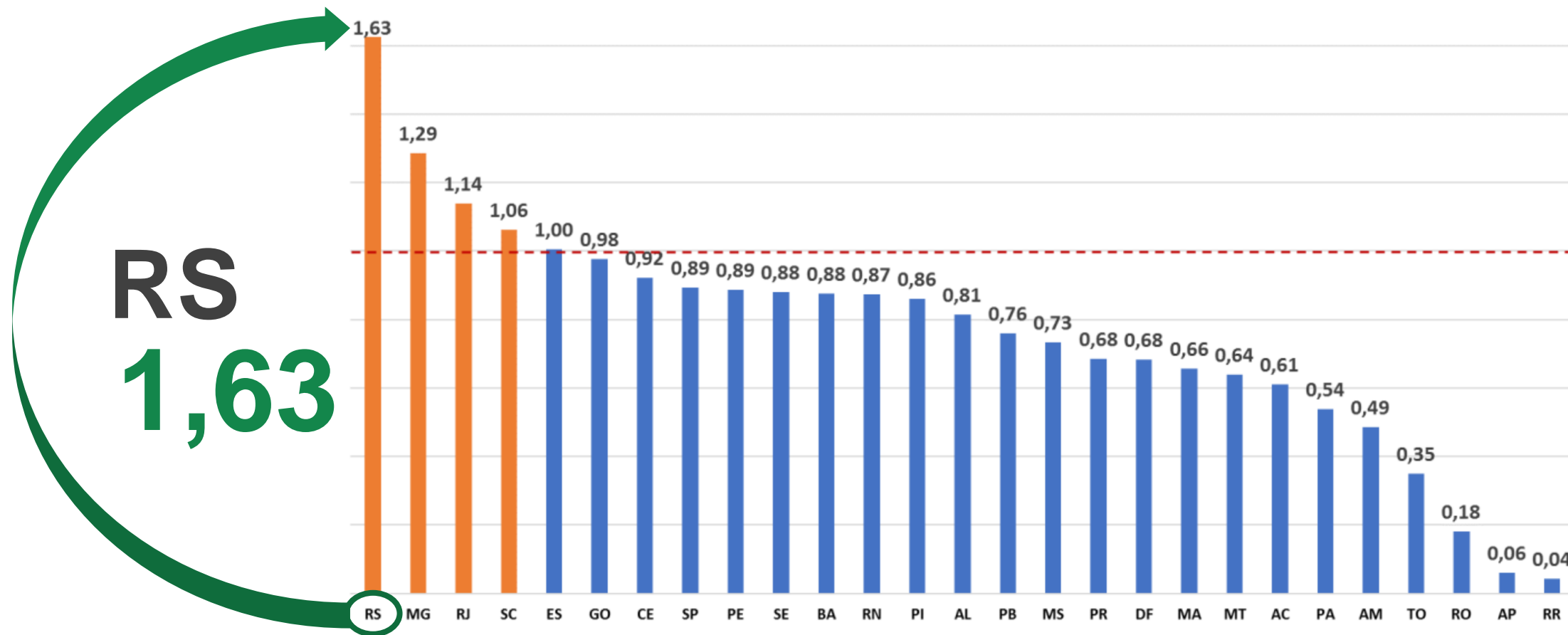


+ 44mil
Pensionistas



Razão de aposentados e pensionistas por ativo

1.
A Previdência
Pública no RS



Para cada servidor ativo, há no RS 1,63
aposentados ou pensionistas

Fonte: Secretaria da Previdência. Dados de 2017. Elaboração FIRJAN.

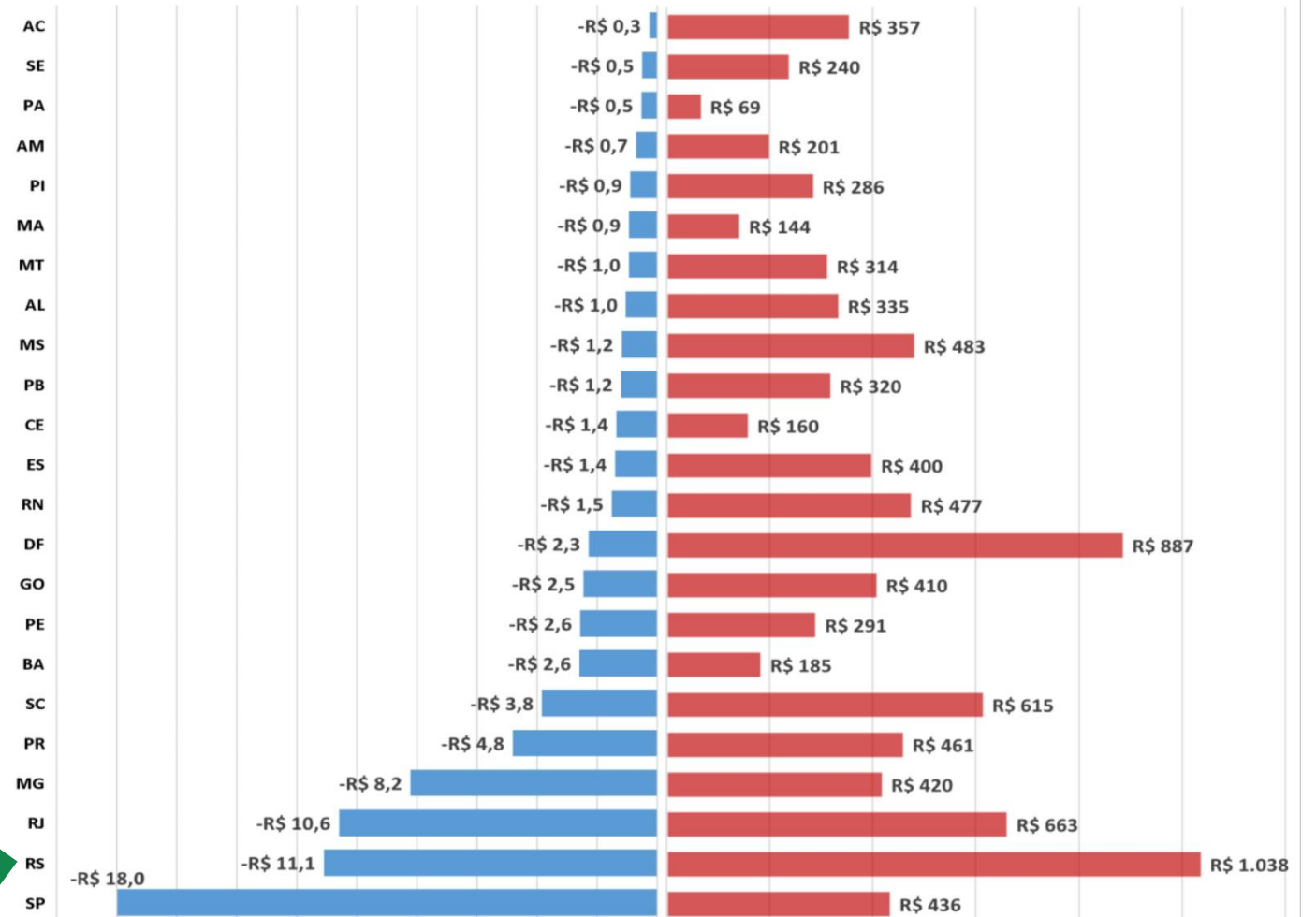


Custo previdenciário por habitante



Déficit Previdência 2017 (R\$ bi)

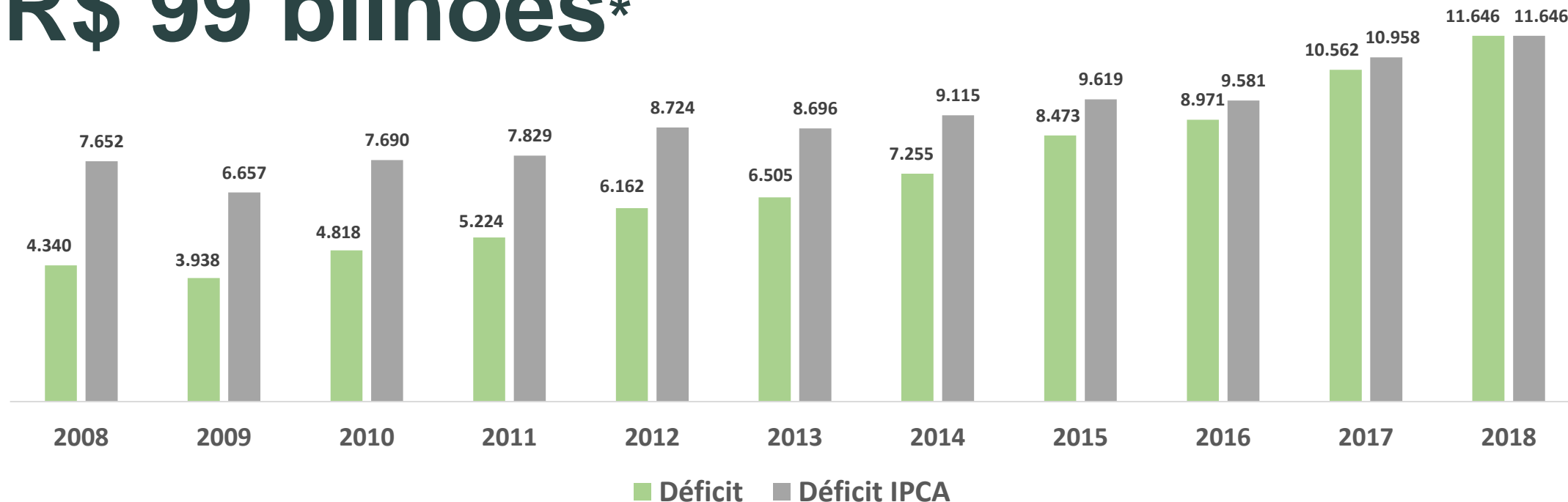
Custo por habitante



Fonte: Secretaria de Previdência, 2017. Elaboração Firjan.



R\$ 99 bilhões*



*Déficit acumulado 2008-2018 corrigido pelo IPCA

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO – Anexo 4 – LRF, Art. 53, Inciso II).

2º quadrimestre 2019 = R\$ 8,1 bilhões

Projeção 2019 = R\$ 12,35 bilhões



Resultado Atuarial
(longo prazo)

Déficit
R\$ 373,5 BI

(sendo R\$ 250,3 BI - civis)

**EFEITO DA REFORMA
DA PREVIDÊNCIA:**
-R\$ 86 BILHÕES

*Fonte: Relatório da Reavaliação Atuarial do IPE Prev – 2019. Elaborado pela Divisão de Governo do BB S.A.
Data-base: 31/12/2018*



MITOS

Soluções que não são alternativas às reformas de pessoal (I)

■ “ACABAR COM INCENTIVOS FISCAIS GARANTIRIA R\$ 9,5 BILHÕES DE ICMS A MAIS”

- A atual gestão inaugurou uma nova forma de transparência e de gestão operacional dos incentivos;
- Montante total de R\$ 9,5 bilhões inclui isenções nacionais (por exemplo, cesta básica), outras meramente operacionais e, ainda, termos de acordo com validade de longo prazo;
- Os créditos presumidos são os de efetivo incentivo econômico e representam menos de R\$ 3 bilhões;
- Está em curso revisão econômica desse universo, para decisão embasada quanto a alterações em 2020;
- **A simples eliminação de incentivos sem estudo implicaria risco de perda de empresas, empregos e receita.**

■ “COBRANDO OU VENDENDO R\$ 40 BILHÕES DE DÍVIDA ATIVA, RESOLVE-SE O DÉFICIT”

- A dívida ativa tributária em dez/18 totaliza R\$ 44,5 bilhões, mas são valores em sua maior parte incobráveis;
- Provisão para perdas é de R\$ 31,6 bilhões, restando portanto R\$ 13 bilhões passíveis de cobrança;
- **Medidas de cobrança já em andamento garantiram crescimento até agosto/19 de 18,6% nos recebimentos desses valores em relação a 2018 (R\$ 1,72 bilhão, somando SEFAZ e PGE).**



Soluções que não são alternativas às reformas de pessoal (II)

■ “COBRANDO OS SONEGADORES DE IMPOSTOS, NÃO FALTARIAM RECURSOS”

- Operações de fiscalização passaram de 12 para 25 nos oito primeiros meses de 2019;
- **Valor julgado no contencioso da SEFAZ cresceu de R\$ 771 milhões (2018) para R\$ 4,2 bilhões (2019), agilizando as fases seguintes da cobrança;**
- Prazo de apreciação dos processos administrativos da SEFAZ caiu cerca de 25% em 2019.

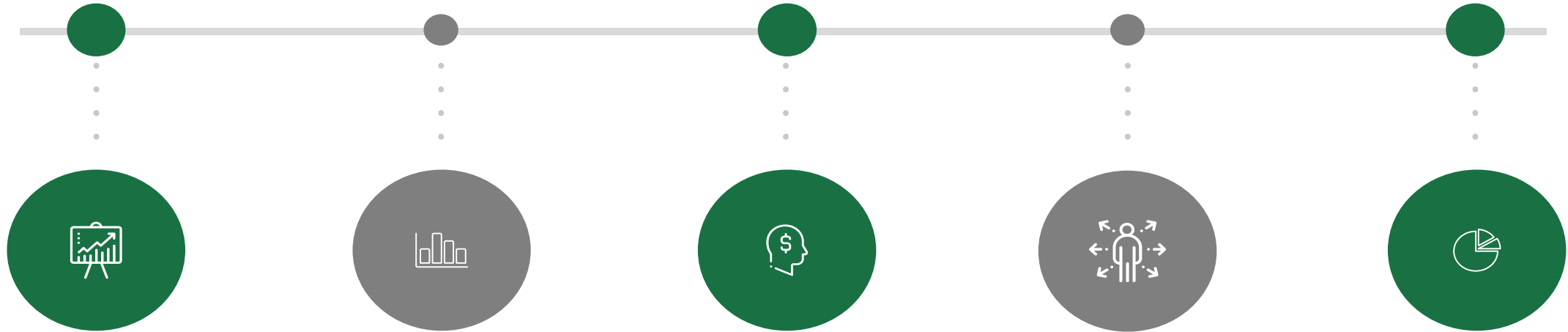
■ “RECEBENDO OS VALORES DA LEI KANDIR, ACABA A DÍVIDA DO ESTADO COM A UNIÃO”

- **Estudo do TCU de agosto/19 remetido ao STF defende que não cabem mais repasses da Lei Kandir:**
 - “até a realização do presente trabalho, as disposições do § 2º do art. 91 do ADCT não tinham sido avaliadas. Uma vez realizados os cálculos e constatada a implementação da condição estabelecida nesse dispositivo para cessação dos repasses, **torna-se inconstitucional a sua manutenção com fundamento no art. 91 do ADCT.**”
- Governo do RS tem ativamente participado da mediação nacional com o STF, **mas não há qualquer perspectiva de indenização bilionária aos Estados;**
- Discussão atual no STF concentra-se na substituição dos antigos repasses (cerca de R\$ 300 milhões anuais) por outras formas de repasses federativos (cessão onerosa, Fundo Social).



MUDANÇAS

Medidas - Fiscal



PREVIDÊNCIA

- Revisão das alíquotas e bases de cálculo;
- Regras Federais de idade mínima e tempo de contribuição.

CONTENÇÃO DA DESPESA VEGETATIVA

- **Avanços, Triênios e Adicionais por Tempo de Serviço;**
- Incorporação de Funções Gratificadas;
- Redução Gratificação de Permanência e AIPSA

CARGOS COMISSIONADOS

- 20% dos cargos bloqueados;
- Menos de 2% da Despesa Total;

ISENÇÕES E BENEFÍCIOS FISCAIS

- Ampla transparência seguindo a legislação;
- Revisão dos benefícios com base em estudos econômicos de impacto.

PROGRAMA RECEITA 2030

- Reforma Tributária e novos parâmetros de relacionamento com contribuinte.



Medidas – Modernização

Possibilidade de
Redução de Carga
Horária a Pedido

Melhorias no
Abono Família

Redução no
Abatimento do
Vale Refeição

Férias em Três
Períodos

Regulamentação
de Afastamentos
para Pós-
graduação

Desburocratização
da Perícia Médica

Recondução de
Cargo a Pedido do
Servidor

Banco de Horas



Outras Medidas

Mandato Classista

- Vedar recebimento de gratificações relacionadas ao cargo e/ou função enquanto estiver em mandato classista;

Hipóteses de perda de Cargo

- Reprovação em avaliação periódica de desempenho;
- Excesso de despesa com pessoal, conforme CF.

Afastamentos

- Revogar afastamento para participação em assembleias e atividades sindicais como de efetivo exercício.

Aposentadorias por Invalidez

- Vedar Investidura e Aposentadoria por Invalidez por Doenças Preexistentes;
- Explicitar que aposentadoria por invalidez ocorram nos casos em que o readaptando ou reintegrando seja absolutamente incapaz para o serviço público.



Licença Aposentadoria

- Retirar da Constituição e levar o regramento para Lei Específica.

Remuneração de Servidor Preso

- Compatibilizar com regra geral, na qual presos não recebem remuneração do empregador.

Diárias e Ajuda de Custos

- Vedar nos casos de deslocamentos a pedido do servidor, ao se afastar do cargo para mandatos eletivos e para casos de provimento originário;
- Vedar diárias para deslocamentos dentro de regiões;


Medidas - Previdência

PREVIDÊNCIA

- Revisão das alíquotas, com inclusão de progressividade;
- Aumento da base de cálculo;
- Regras Federais de idade mínima e tempo de contribuição;
- Mesmas regras de transição da PEC 06/19.

Salário ou Provento	Contribuição Ativo	Alíquota Efetiva Servidor Ativo	Contribuição Inativo	Alíquota Efetiva Servidor Inativo
998,00	139,72	14,00%	-	0,00%
1.500,00	210,00	14,00%	70,28	4,69%
2.000,00	280,00	14,00%	140,28	7,01%
3.000,00	420,00	14,00%	280,28	9,34%
4.000,00	560,00	14,00%	420,28	10,51%
5.839,45	817,52	14,00%	677,80	11,61%
8.000,00	1.163,21	14,54%	1.023,49	12,79%
10.000,00	1.483,21	14,83%	1.343,49	13,43%
15.000,00	2.283,21	15,22%	2.143,49	14,29%
20.000,00	3.083,21	15,42%	2.943,49	14,72%
25.000,00	3.983,21	15,93%	3.843,49	15,37%
30.000,00	4.883,21	16,28%	4.743,49	15,81%
39.000,00	6.503,21	16,67%	6.363,49	16,32%

Efeito líquido no contracheque será menor pois recolherá menos imposto de renda.

Classe	Idade Mínima	Tempo de Contribuição	Tempo de Exercício
Policiais Civis/Agentes 	55 anos	30 anos	25 anos



RESUMO EXECUTIVO

Maiores Impactos

Vantagens Temporais – Cíveis e Militares

Incorporações de Funções (FG, AS, GE e GD) – Cíveis e Militares

Redução na Gratificação de Permanência – Cíveis

Redução no Abono de Incentivo à Permanência no Serviço Ativo (AIPSA) – Militares

Maiores Aportes

Abono Família

Vale Refeição

Magistério

Previdência

Ampliação da base de Cálculo das Contribuições de Inativos

Alteração de Alíquotas para Regime Progressivo

Aplicação dos parâmetros de Inatividade da PEC 06/2019 e do PL 1645/19 (Servidor Federal Civil e Militar)

IMPACTO FISCAL EM 10 ANOS:

R\$ 25 bilhões





GOV
RS
NOVAS FAÇANHAS

